

MINISTÉRIO DA **ECONOMIA**



		29	semestre - 202	21	
Descrição	Controladora	Controlada	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	577.770	86.548	463.606	243.362	2.423.413
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	30.353	-	-	87
Rendas com prestação de serviços (5)	373.381	3	372.472	243.362	349.703
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	883.282
Outras receitas operacionais (6)	204.389	56.192	91.134	-	1.190.341
DESPESAS	(47.799)	-	(188.931)	(1.283)	(1.612.099)
Captação no mercado	(19.523)	-	(1.331)	-	(84.710)
Pessoal (7)		-	-	-	(521.132)
Administrativas (8)	-	-	-	-	23.599
Outras despesas operacionais (9)	(28.276)	-	(187.600)	(1.283)	(1.029.856)

		Exe	ercício - 2021				Exe	rcício - 2020		
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)
RECEITAS	1.198.692	154.791	953.468	403.233	5.005.636	1.705.359	36.306	1.392.885	231.340	4.884.346
Resultado com títulos e valores mobiliários (4) Rendas com	-	69.250	-	-	87	-	-	234.918	-	18.759
prestação de serviços (5)	822.196	5	762.313	403.233	759.060	1.385.386	1	991.236	231.340	836.421
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	1.877.346	-	-	-	-	1.930.067
Outras receitas operacionais (6)	376.496	85.536	191.155	-	2.369.143	319.973	36.305	166.731	-	2.099.099
DESPESAS	(85.860)	-	(394.155)	(2.274)	(3.023.309)	(44.985)	(23.276)	(2.386.870)	(6.184)	(3.235.595)
Captação no mercado	(27.723)	-	(2.603)	-	(102.389)	(17.878)	(23.276)	(3.155)	-	(84.121)
Pessoal (7)	-	-	-	-	(1.002.204)	-	-	-	-	(965.616)
Administrativas (8)	-	-	-	-	51.490	-	-	-	-	(57.077)
Outras despesas operacionais (9)	(58.137)	-	(391.552)	(2.274)	(1.970.206)	(27.107)	-	(2.383.715)	(6.184)	(2.128.781)

- (1) Refere-se às transações com Elo Serviços e Tecban.
- (2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

 (3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.
- (4) O saldo em controladas refere-se a renda de títulos de renda fixa do FIDC Stone III.
 (5) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU.
- (6) O saldo em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais. O montante em
- Controladas refere-se a ressarcimento de subsidiárias de despesas de compartilhamento de infraestrutura e de pessoal
- (7) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Beneficios a mpregados (Nota 21).
- (9) A variação em controlada em conjunto decorre da saída do Banco PAN como Parte Relacionada (Nota 11). Em outras entidades, há destaque para despesas com operações de repasses ao BNDES.

	2º semestre - 2021						
Descrição	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)			
RECEITAS	577.770	463.606	298.710	2.423.413			
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	87			
Rendas com prestação de serviços (4)	373.381	372.472	298.710	349.703			
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	883.282			
Outras receitas operacionais (5)	204.389	91.134	-	1.190.341			
DESPESAS	(47.799)	(188.931)	(1.283)	(1.612.271)			
Captação no mercado	(19.523)	(1.331)	-	(84.710)			
Pessoal (6)	- 1	-	-	(521.304)			
Administrativas (7)	-	-	-	23.599			
Outras despesas operacionais	(28.276)	(187.600)	(1.283)	(1.029.856)			

			CONSOLIDA	ADO .					
		Exercício - 2021				Exercício - 2020			
	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	
RECEITAS	1.198.692	953.468	579.388	5.005.636	1.705.359	1.392.885	1.124.075	4.884.346	
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	87	-	234.918	-	18.759	
Rendas com prestação de serviços (4)	822.196	762.313	579.388	759.060	1.385.386	991.236	1.124.075	836.421	
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	1.877.346	-	-	-	1.930.067	
Outras receitas operacionais (5)	376.496	191.155	-	2.369.143	319.973	166.731	-	2.099.099	
DESPESAS	(85.860)	(394.155)	(2.274)	(3.024.884)	(44.985)	(2.386.870)	(6.184)	(3.239.766)	
Captação no mercado	(27.723)	(2.603)	-	(102.389)	(17.878)	(3.155)	-	(84.121)	
Pessoal (6)	-	-	-	(1.003.779)	-	-	-	(969.787)	
Administrativas (7)	-	-	-	51.490	-	-	-	(57.077)	
Outras despesas operacionais	(58.137)	(391.552)	(2.274)	(1.970.206)	(27.107)	(2.383.715)	(6.184)	(2.128.781)	
(4) Defens as às houses as a sem Fla Ca	u ione e Teelees								

- (2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros
- (3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.
- (4) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU. O saldo de controlada em conjunto decorre de receitas por serviços de intercâmbio de transações da Elo.
 (5) O saldo em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais
- 6) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apr
- (7) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef. (g) Média salarial (valores em R\$)

Descriere	31/12/2	2021	31/12/2020		
Descrição	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado	
Maior salário	56.197	63.911	56.197	58.833	
Salário médio	44.889	12.143	45.148	10.961	
Menor salário	41.868	3.330	41.868	3.000	
Benefícios	8.630	3.515	7.509	3.191	

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

O montante da remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração ia Geral da CAIXA

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos) são apresentados como segue:

December	2021		2020	
Descrição	2º semestre	Exercício	Exercício	
Beneficios de curto prazo	16.664	41.186	36.125	
Proventos	12.510	22.959	18.804	
Diretoria	10.898	19.753	15.795	
Conselho de Administração	191	348	333	
Conselho Fiscal	166	347	250	
Comitê de Auditoria	853	1.705	1.608	
Comitê Independente de Risco	402	806	818	
Remuneração variável	-	8.090	8.427	
Diretoria	-	8.090	8.427	
Beneficios	406	806	727	
Diretoria	406	806	727	
Treinamento	43	83	61	
Encargos sociais	3.705	9.248	8.106	
Beneficios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	94	-	
Beneficios pós emprego	983	1.828	1.286	
Previdência complementar	983	1.828	1.286	

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, Conselho de Administração e Conselho

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração. Nota 33 - Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de gove corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os ente sobre limites de exposição aceitos

Os riscos considerados como relevantes são: Risco de Crédito: Risco de Mercado: Risco de Liquidez; Risco Operacional: Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação; Risco de Estratégia; Risco de Reputação, Risco Socioambiental, Risco de Contágio, Risco Atuarial, Risco de Concentração, Risco Cibernético e Risco de TI.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedim e modelos, bem como do Plano de Recuperação está disponível no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Relações com Investidores, Relatórios e

Documentos, Informações Financeiras, Gerenciamento de Riscos, Relatórios, Gerenciamento de Riscos e Capital Caixa. (a) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência – PR	120.529.287	101.855.830
Nível I	94.438.894	72.474.900
Capital Principal – CP	92.725.653	70.761.659
Patrimônio líquido prudencial (1)	110.018.509	92.719.210
Ajustes prudenciais	(17.292.856)	(21.957.551
Capital Complementar – CC	1.713.241	1.713.241
Nível II	26.090.393	29.380.930
Ativos ponderados pelo risco – RWA	625.604.870	578.084.749
Risco de crédito – RWACPAD	540.773.799	482.125.149
Risco de mercado – RWAMPAD	7.429.099	18.689.672
Risco operacional – RWAOPAD	77.401.972	77.269.928
Adicional de Capital Principal - ACP	18.768.146	13.006.907
Patrim. de Referência Mínimo Requerido - PRMR (RWA*Fator F) + ACP	68.816.536	59.253.687
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	1.910.680	1.265.379
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	49.802.071	41.336.764
ndice de capital principal (CP / RWA)	14,82%	12,24%
ndice de capital nível I (Nível I / RWA)	15,10%	12,54%
ndice de Basileia (PR / RWA)	19,27%	17,62%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	8,00%	8,00%

(1) Patrimônio Líquido considera os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013. Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2021 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:					
Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%	
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(2.019)	(53.265)	(113.275)	
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(6.117)	(145.266)	(276.232)	
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(8.882)	(198.580)	(356.549)	

Nota 34 - Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2/2020 destacamos a seguir o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

INDIVIDUAL					
Evento	2021		2020		
Evento	2º semestre	Exercício	Exercício		
Lucro Líquido Contábil (a)	5.621.478	15.848.435	12.634.085		
Eventos Não Recorrentes (b)	450.150	7.152.939	4.466.780		
Ganhos/perdas de ativos financeiros e Não Financeiros (1)	314.500	6.919.885	5.358.643		
Outras Receitas/Despesas Não Recorrentes (2)	135.650	233.054	(891.863)		
Despesas Impactadas pelos Eventos (3) (c)	(220.265)	(2.503.757)	(483.344)		
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	229.885	4.649.182	3.983.436		
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	5.391.593	11.199.253	8.650.649		

CONSOLIDADO						
Evento	2021		2020			
Evento	2º semestre	Exercício	Exercício			
Lucro Líquido Contábil (a)	6.424.749	17.268.262	13.169.364			
Eventos Não Recorrentes (b)	450.150	7.152.939	4.466.780			
Ganhos/perdas de ativos financeiros e Não Financeiros (1)	314.500	6.919.885	5.358.643			
Outras Receitas/ Despesas Não Recorrentes (2)	135.650	233.054	(891.863)			
Despesas Impactadas pelos Eventos (3) (c)	(218.611)	(2.343.295)	(483.344)			
Resultado Não Recorrente (d = b + c)	231.539	4.809.644	3.983.436			
Resultado Recorrente Regulatório (e = a - d)	6.193.210	12.458.618	9.185.928			

Exercício de 2021

(1) Ganhos/perdas de ativos financeiros e não financeiros incluem:

- (i) Ganho decorrente da alteração participação relativa apurada sobre investimentos da CAIXA Seguridade, em função da conclusão de operação de parcerias societárias no montante de R\$ 1.472.418;
- (ii) Ganho com a venda das ações da CAIXA Seguridade no valor de R\$ 3.270.168;
- (iii) Ganho decorrente da venda das ações do Banco PAN totalizando R\$ 1.862.799;
- (iv)Ganho em virtude da formação de nova parceria societária da CAIXA Cartões Holding S.A. ("CAIXA Cartões"), nos termos do acordo com o consórcio composto pelos parceiros VR BENEFÍCIOS e FLEETCOR no montante de R\$ 314.500.

(2) Outras despesas não recorrentes inclue

- (i) Reversão de despesas relacionadas a programas de incentivo ao desligamento de empregados no montante de R\$ 97.404;
- (ii) Lucro na venda de imóveis com a integralização de cotas do Fundo de Investimento Imobiliário CAIXA Agências por meio de subscrição ao

Fundo no valor de R\$ 135.650. (3) Despesas impactadas pelos eventos incluem:

- (i) Efeitos tributários, de despesas de PLR e IHCD sobre os itens não recorrentes
- Exercício de 2020

(1) Ganhos/perdas de ativos financeiros e não financeiros inclu

- (i) Perda de ativos ao valor recuperável no montante de (R\$ 154.154);
- (ii) Baixas de tarifas relacionadas a Programas e Serviços de Governo no total de (R\$ 138.264);
- (iii)Receita de alteração na participação relativa apurada sobre investimentos da CAIXA Seguridade em função da conclusão de operação de parcerias societárias no montante de R\$ 4.199.322 (Nota explicativa 11 individual e 31 consolidada);
- (iv)Lucro na alienação de investimento de coligadas/controladas no valor de R\$ 542.601;
- (v) Reversão de provisão referente a passivo atuarial, conforme CGPAR 25 no montante de R\$ 909.137.

- (i) Despesas relacionadas a programas de incentivo ao desligamento de empregados no valor de (R\$ 602.807); (ii) Aporte excepcional no fundo de reserva do Saúde CAIXA, definido em Acordo Coletivo de Trabalho - ACT no montante de (R\$ 122.944);
- (iii)Despesa decorrente de abono único, conforme firmado Acordo Coletivo de Trabalho ACT totalizando (R\$ 166.112).

(3) Despesas impactadas pelos eventos incluem: (i) Efeitos tributários, de PLR e IHCD sobre os itens não recorrentes.

(2) Outras despesas não recorrentes incluem:

(a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição (1)	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimento financeiro	352.961.172	338.891.000
Fundos de investimento em cotas - FIC (2)	291.895.979	241.412.000
Fundos de ações	32.526.871	34.547.834
Total	677.384.022	614.850.834

ação apresentada não é auditada pela auditoria indepei (2) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(b) Pandemia Covid-19

Desde o início do ano de 2020 o mundo vem enfrentando uma pandemia com forte impacto negativo na economia. O surto causado pelo coronavírus (Covid - 19) trouxe muitos desafios a serem administrados pelos países e populações

A CAIXA vem adotando diversas medidas com o objetivo de minimizar o impacto na vida das pessoas e das empresas, especialmente os micro e pequenos empresários. Dentre as várias acões em andamento, destacamos algumas medidas mencionadas no relatório de administração:

- O Auxílio Emergencial 2021, trata-se de novo benefício emergencial que faz parte de algumas das principais medidas adotadas pelo Governo Federal, com papel decisivo para a população mais humilde, tendo como objetivo fornecer proteção emergencial enquanto perdurar o período de enfrentamento à pandemia. No exercício de 2021, foram totalizados 281,1 milhões benefícios pagos e um montante de R\$ 60,3 bilhões injetados na economi
- Em continuidade ao programa anterior, foi instituído o Novo BEm Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, nos termos da Medida Provisória nº 1.045/2021, aos trabalhadores que tiveram redução de jornada de trabalho e de salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho em função da pandemia. No exercício de 2021 foram totalizadas 5,2 milhões de parcelas pagas, com um montante de 4,4 bilhões inietados na economia.
- Atuando de modo estratégico com estados e municípios no âmbito dos Programas Regionais Emergenciais, no exercício de 2021, a CAIXA atingiu um total de 3,6 milhões de parcelas pagas e o montante de 1,2 bilhões pagos aos beneficiários, evidenciando a importância da CAIXA como agente de transformação social através da implantação de programas soci
- Permanência das reduções de juros dos seus principais produtos. A medida visa proporcionar alívio financeiro às pessoas e auxiliar as empresas a recompor seu fluxo de caixa.

Impactos Contábeis e de Capital relacionados à Covid-19

Em relação às demonstrações contábeis, a CAIXA tem pautado seu julgamento com cautela e ponderação dada a atipicidade do cenário que estamos enfrentando. A CÁIXA continuará acompanhando os desdobramentos da pandemia Covid -19 e seus reflexos na economia, sobretudo em relação aos seguintes destaques:

Valor justo dos instrume

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis. Mesmo considerando a pandemia Covid -19, elementos de volatilidade no mercado e demais alterações no ambiente de negócios, a CAIXA apresenta capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o

As Políticas Internas, calçadas nas diretrizes da Circular 3.068/2001 e aprovadas pelo Conselho de Administração da instituição, impõem procedimentos de governança para qualquer reclassificação de instrumentos financeiros entre as categorias. No período do ano de 2021 não foi manifestada qualquer intenção de reclassificação dos títulos mantidos até o vencimento, mantendo-se o valor dos ativos em critérios compatíveis

Provisão de Risco de Crédito

A CAIXA observa as diretrizes contidas nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 4.855/20, no que tange a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, das operações que compõem a carteira de crédito, incluindo as operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.

Quanto a carteira de crédito total, destaca-se as características das operações CAIXA, concentradas em operações de longo prazo, com garantias reais e com mais de 90% das operações classificadas em níveis de riscos de AA a C. Entre os segmentos, cabe destaque para a expansão das carteiras de Crédito Rural e Comercial PJ Varejo, com os produtos da carteira COVID e ainda o segmento comercial PF, com os produtos da carteira Microfinanças.

Ressaltamos que a CAIXA realiza monitoramento contínuo dos indicadores de risco de carteira, por meio de relatórios, periódicos, de Risco de Carteira de Crédito, que, dentre outros acompanhamentos, contemplam a cobertura de provisão, com destaque para a carteira constituída pelas operações criadas em decorrência da crise estabelecida pela pandemia da Covid-19.

Com objetivo de resquardar seus funcionários e colaboradores a CAIXA continua adotando diversas medidas na mitigação dos impactos da Covid-19 durante 2021, sobretudo destacamos as seguintes:

- Com objetivo de fortalecimento da rede de atendimento da CAIXA, durante o ano de 2021 foram contratados 7.766 empregados e terceirizados. Em iniciativa pioneira, no âmbito de concursos nacionais, a CAIXA lançou concurso exclusivo para Pessoas com Deficiência - PcD.
- Manutenção da obrigatoriedade do uso de máscara em todos os ambientes da CAIXA.
- Nova oferta de testagem global de Covid-19 para todos os empregados 100% custeada pela CAIXA. • Reforço nos protocolos de higienização e limpeza de unidades.
- Manutenção do modelo de trabalho remoto e a criação do grupo de prevenção ampliada CAIXA com indicação para o trabalho remoto para Pessoas com Deficiência - PcD, gestantes e lactantes.
- As ações de cuidado emocional oferecidas pela CAIXA, têm proporcionado apoio a gestores e empregados neste momento desafiador
- Reforço da divulgação dos canais internos de comunicação e disseminação de conhecimento sobre a prevenção e protocolos relacionados à Covid-19.

A Caixa Econômica Federal comunicou em 13 de dezembro de 2021 à sociedade brasileira, aos seus clientes, seus empregados, e ao mercado em geral que assinou o Acordo de Participação no Programa de Incentivos da Elo pelo período de 10 anos, a partir de 01 de janeiro de 2022. cordo estabelece as condições para concessão de incentivos da Elo para a CAIXA, visando incrementar as vendas de cartões da bandeira Elo (instrumentos de pagamentos), emitidos pela CAIXA e, conseguentemente aumentar o volume de transações nos referidos instrumentos de pagamentos ("Objeto"). À CAIXA e a Elo acordaram metas para a realização do Objeto, as quais estão relacionadas ao volume de transações dos instrumentos de pagamento (cartões bandeira Elo). O valor dos incentivos que serão concedidos à CAIXA em troca da realização do Objeto será diretamente proporcional ao volume transacionado nos produtos débito, pré-pagos e crédito, conforme a performance da CAIXA nos Arranjos de

(d) Normas a serem aplicadas a partir de janeiro de 2025 Na Resolução CMN nº 4.966/2021 o BACEN dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A norma busca a convergência ao padrão internacional previsto no IFRS 9. Os impactos decorrentes da implementação da norma estão sob análise da CAIXA.

A Resolução CMN nº 4.975/2021 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes da implementação da norma estão sob análise na CAIXA.